

# SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS

#### Gestão estratégica

A Santos Brasil continuará buscando em 2018 o máximo retorno de seus ativos, seguindo estratégia pautada pela missão de promoção da competitividade de seus clientes baseada em cinco pilares: (i) excelência na prestação dos serviços; (ii) ética e transparência; (iii) desenvolvimento humano; (iv) meio ambiente; e (v) segurança. A Companhia avança na busca por eficiência e produtividade, com foco no resultado, dando continuidade à readequação da estrutura organizacional e do redimensionamento dos custos e despesas operacionais e administrativas. A estratégia para a unidade localizada na região Sul do país está pautada na continuidade do esforço comercial para a captação de novos clientes. Na região Sudeste, a Companhia deverá fortalecer as parcerias com seus clientes, disputando no Tecon Santos novos serviços que se mostrem rentáveis, ao passo que na Santos Brasil Logística buscará novos clientes com carga de armazenagem e, principalmente, serviços logísticos customizados. Enquanto isso, aguardamos a deliberação do projeto executivo de expansão do Tecon Santos para que sejam iniciados os investimentos previstos na prorrogação do prazo de concessão do terminal. Na última semana de dezembro de 2017, enviamos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) pedido de ampliação do prazo do investimento a ser realizado no Tecon Santos, referente à renovação da concessão do terminal, para até 2031, com o compromisso de investir o mínimo de R\$ 360 milhões até o final de 2022.

#### Perspectivas e oportunidades

Vemos o ano de 2017 como um ponto de inflexão para a Companhia, após um longo período turbulento nos contextos macroeconômico e concorrencial, que impactou severamente nossos resultados operacionais. Em 2018, apesar das incertezas que acompanham um ano de eleições presidenciais, iniciaremos um novo ciclo de investimentos que elevará nossa eficiência operacional e, consequentemente, contribuirá para uma melhoria nos resultados e na geração de valor da Companhia. O fim da recessão econômica tende a novamente impulsionar os volumes do Porto de Santos este ano, dando sequência ao crescimento observado em 2017. Entendemos que parcerias comerciais de longo prazo são importantes para reduzir a volatilidade nos resultados da Companhia, beneficiando todos seus stakeholders. Neste contexto, acreditamos estar bem posicionados para atender o crescimento orgânico de nossos clientes, bem como celebrar novos contratos em todas as nossas unidades de negócio. Nos terminais de Santos e Imbituba, os primeiros sinais positivos já vieram com a conquista de novos serviços de navegação de longo curso, ambos com rota para a Ásia. No Tecon Santos, o primeiro navio do novo serviço atracou no terminal em 26 de fevereiro. Com escala quinzenal e previsão de movimentar 40.000 TEU em 2018, há potencial deste volume crescer com a alteração da escala para semanal e caso novos armadores passem a integrar o serviço. As importações de produtos de bem de consumo da Ásia devem continuar crescendo com a melhoria no índice de desemprego, renda, inflação baixa e confiança do consumidor. No Tecon Imbituba, o serviço ASAs, composto por um *joint de armadores* e com escala semanal, já vem operando desde setembro de 2017.

Iniciamos em 2017 uma reestruturação em nossa estrutura organizacional, com foco inicial na redução da base de custos fixos, elevando a Companhia mais enxuta e preparada para uma retomada dos volumes, com o cuidado em manter a qualidade do serviço prestado. Iniciamos também um processo de aprimoramento dos processos e revisão da estratégia operacional, que engloba automação e inovação de inúmeras etapas operacionais, visando reduzir não somente a base de custos fixos, mas também custos e despesas variáveis. Tais mudanças serão complementadas e seus resultados potencializados pelos investimentos na compra de equipamentos novos e modernos em conjunto com a automação de processos operacionais, propiciando ganhos de eficiência e produtividade. Obtivemos em novembro de 2017 a renovação da concessão do Tecon Vila do Conde até 2033. Iniciamos, logo em seguida, o processo de aquisição de novos equipamentos de cais e pátio, que deverão começar a ser entregues nos próximos meses. Estão também previstas para 2018 melhorias na infraestrutura da retroárea do terminal, com a pavimentação do pátio, que permitirá ganhos de produtividade na operação. Com a modernização e a expansão da capacidade dinâmica do terminal, esperamos aumentar sobremaneira a qualidade e a eficiência nos serviços prestados a nossos clientes em Vila do Conde e, com isso, seguir crescendo os volumes de cargas de cabotagem e longo curso.

No Tecon Imbituba, o novo serviço de longo curso com rota para a Ásia trará novas oportunidades para o terminal, pois vem desenvolvendo a logística do porto e da região, barateando custos e, desta maneira, incentivando armadores, importadores e exportadores a utilizarem o terminal. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Tecon Imbituba, protocolado junto ao MTPAC em junho de 2016, permanece em análise. O pleito do pedido é ancorado, sobretudo, na eliminação da obrigatoriedade da movimentação mínima contratual (MMC) do terminal, que então passaria a pagar tarifas portuárias apenas por contêineres efetivamente movimentados. Como parte desta dinâmica, portanto também se beneficiando da retomada da atividade econômica em curso no país, o desempenho operacional do Terminal de Veículos e da Santos Brasil Logística deve continuar em ritmo ascendente. ANFAVEA e FENABRAVE projetam para 2018 crescimento entre 8 e 12% nas vendas de veículos. As exportações devem continuar em níveis elevados, segundo as entidades. Além do mais, o fim do programa Inovar-Auto, caso não haja sua substituição por um novo programa de incentivo à produção doméstica de veículos, poderá aumentar as importações, o que potencialmente melhoraria o mix do TEV, alavancando sua receita de armazenagem. Quanto à Logística, temos buscado contratos com maior diversificação de serviços, fazendo parcerias comerciais que envolvem a prestação de serviços logísticos customizados, portanto de maior valor agregado. Esforços comerciais elevaram o índice de retenção de contêineres de importação, possibilitando crescimento dos volumes, que mitigou o efeito da competição acirrada na zona secundária do Porto de Santos. Novos clientes que passaram a compor nossa carteira (agentes de carga e NVOCC), onde operações mais sofisticadas de estufagem e desestufagem de carga fragmentada de contêineres são prestadas pela Companhia, contribuíram na recuperação dos volumes de armazenagem da Logística. Tais operações ainda se encontram em processo de *ramp-up* de volumes. O processo de reestruturação das operações da Santos Brasil Logística continua, com a meta de tornar mais eficiente a alocação de capital da Companhia, além de buscar mais qualidade e segurança nesta operação.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Desempenho operacional

(Unidades)	2017	2016	Varição %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Operações de cais - contêineres	968.694	1.016.394	-4,7%
Contêineres Cheios	764.208	783.094	-2,4%
Contêineres Vazios	204.486	233.300	-12,4%
Operações de cais - carga geral (t)	56.536	102.992	-45,1%
Operações de armazenagem	123.426	119.640	3,2%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Operações de armazenagem	44.626	35.946	24,1%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Veículos movimentados	289.173	179.888	60,8%
Exportação	276.354	165.726	66,8%
Importação	12.819	14.162	-9,5%

#### TERMINAIS PORTUÁRIOS

(Unidades)	2017	2016	Varição %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Operações de cais - contêineres	850.674	926.197	-8,2%
Contêineres Cheios	697.849	734.631	-5,0%
Contêineres Vazios	152.825	191.566	-20,2%
Carga Geral (ton)	-	-	-
<b>Tecon Imbituba</b>	40.197	24.411	64,7%
Contêineres Cheios	23.114	13.899	66,3%
Contêineres Vazios	17.083	10.512	62,5%
Carga Geral (ton)	56.321	87.085	-35,3%
<b>Tecon Vila do Conde</b>	77.823	65.786	18,3%
Contêineres Cheios	43.245	34.564	25,1%
Contêineres Vazios	34.578	31.222	10,7%
Carga Geral (ton)	215	15.907	-98,6%

A recuperação da atividade econômica do país em 2017, com inflação controlada, queda do desemprego e melhoria na confiança do consumidor, contribuiu para o crescimento da movimentação de contêineres nos portos que operamos. O Porto de Santos, o maior e mais importante do Brasil, apresentou crescimento de 5,8% no volume total de contêineres movimentados, com 13,7% de alta no volume de contêineres cheios de importação. O Tecon Santos movimentou 850.674 contêineres em 2017, um volume 8,2% inferior ao ano anterior, impactado pela saída do serviço de navegação de longo curso ESA do terminal no mês de abril. Com este volume movimentado no ano, a utilização da capacidade instalada do Tecon Santos em 2017 foi de 65,7% (vs. c.70% em 2016), com 33,9% de participação de mercado no Porto de Santos. O volume de movimentação de contêineres cheios no Tecon Santos caiu 5,0% em 2017, queda inferior a de contêineres vazios (-20,2%), portanto impactando com menos intensidade as operações de armazenagem. Na movimentação de contêineres cheios de longo curso em Santos, houve queda de 11,3% na importação (187.782 unidades) e 23,4% na exportação (192.156 unidades) em comparação a 2016. A comparação anual do volume total movimentado no Tecon Santos excluindo-se os contêineres referentes ao serviço ESA mostra um crescimento de 4,2% em 2017. Esse desempenho está em linha com a recuperação em curso dos volumes do Porto de Santos, com a importação de contêineres cheios crescendo a uma taxa superior ao crescimento do volume total.

No Tecon Imbituba movimentou 40.197 contêineres em 2017, um crescimento de 64,7% comparado a 2016. O serviço de longo curso ASAs, com rota para Ásia, iniciou operação em setembro de 2017, com escala semanal, e foi o principal responsável pela mudança de patamar no volume movimentado no terminal. Foram operados 19 navios do ASAs em 2017, com movimentação de 6.642 contêineres. O Tecon Imbituba vem crescendo a movimentação de cargas de exportação que tem como origem Rio Grande do Sul como, por exemplo, celulose, polietileno, couro, fumo, congelados entre outros. Outros polos exportadores dos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul também vem contribuindo para o crescimento dos volumes do terminal. Em 2017, o volume de contêineres movimentados em Vila do Conde cresceu 18,3% em relação a 2016, totalizando 77.823 contêineres. As exportações seguiram crescendo, com destaque para minérios (manganês, cobre e níquel), frutas e carnes congeladas, caulim, pimenta, madeira, entre outros produtos provenientes do Norte, Nordeste e Centro Oeste. O processo de conteneurização de inúmeras cargas minerais e agrícolas deve continuar a impulsionar as exportações de Vila do Conde, que em 2018 receberá investimentos em renovação de equipamentos e expansão da capacidade dinâmica de cais e pátio. Nas importações, o destaque é para cargas de projeto como, por exemplo, equipamentos e máquinas para empresas mineradoras e de geração de energia.

A consolidação das três operações de contêineres no segmento de Terminais Portuários apresentou queda de 4,7% no volume operado em 2017, totalizando 968.694 contêineres movimentados. O mix de contêineres cheio-vazio registrado pela Companhia em 2017 foi de 78,9% de contêineres cheios (76,9% em 2016). A Santos Brasil Logística operou 44.626 contêineres em 2017, uma alta de 24,1% em relação a 2016, mitigando o impacto da saída do ESA do Tecon Santos. Uma das razões para o aumento do volume da Logística foi a alta do índice de retenção de contêineres de importação ao longo do ano, fruto de esforços comerciais. Além do mais, houve consolidação dos contratos firmados com agentes de carga e NVOCC em 2017, que também contribuiu para o desempenho da Logística. As operações logísticas com tais clientes contemplam cargas fracionadas de importação e exportação, com a prestação de serviços logísticos que complementam a armazenagem de contêineres. Processos logísticos como triagem de carga, estufagem e desestufagem de contêineres, transporte rodoviário e a entrega *just-in-time* nas linhas de produção dos clientes são alguns exemplos de serviços de maior valor agregado que vem crescendo dentro do mix da Logística. O crescimento dos volumes de armazenagem ao longo do ano permitiu uma retomada na operação do CLIA Guarujá no terceiro trimestre, que antes vinha operando volumes reduzidos tendo em vista a estratégia da Companhia em concentrar as operações logísticas no CLIA Santos.

O Terminal de Veículos operou a 96% de sua capacidade em 2017, tendo movimentado 289.173 veículos, um crescimento de 60,8% em relação a 2016. As exportações corresponderam a 95,6% do volume total em 2017, vs. 92,1% em 2016.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

#### Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2017	2016	Varição%
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	673,3	744,4	-9,6%
Operações de cais	368,5	450,1	-18,1%
Operações de armazenagem	304,8	294,3	3,6%
<b>LOGÍSTICA</b>	233,1	184,9	26,1%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	60,8	42,9	41,7%
Eliminações	-14,1	-15,5	-9,0%
<b>Consolidado</b>	953,1	956,7	-0,4%

A receita bruta consolidada da Companhia somou R\$ 953 milhões em 2017, praticamente estável em relação a 2016 apesar do ambiente concorrencial ainda acirrado no Porto de Santos e da saída do serviço ESA do Tecon Santos. A receita bruta de operações de cais apresentou queda de 18,1% em 2017, devido principalmente ao mencionado término do serviço de longo curso que operou no Tecon Santos até fim de abril. Em contrapartida, a receita bruta de armazenagem dentro do segmento de Terminais Portuários cresceu 3,6%, influenciada principalmente pelo maior índice de retenção de contêineres de importação. Na Logística, houve um aumento de 26,1% na receita bruta, reflexo do maior volume operado. Tanto a maior retenção de contêineres importados quanto o crescimento da base de clientes, com operações logísticas de maior valor agregado, explicam o desempenho desta unidade de negócio. Novos contratos com agentes de carga e NVOCC permitiram que novos serviços de logística fossem prestados, uma vez que a carga fragmentada dos contêineres originados por tais clientes demandam serviços adicionais à armazenagem. Por outro lado, a competição na zona secundária do Porto de Santos pressionou as tarifas de armazenagem durante o ano. A receita média por contêiner armazenado foi de R\$ 5,22 em 2017, representando uma alta de 1,6% frente a 2016 apesar do cenário desafiador. As exportações de veículos foram o grande destaque no desempenho das montadoras em 2017. O volume total movimentado pelo TEV refletiu essa dinâmica, com 95,6% de exportações (vs. 92,1% em 2016). A receita bruta do terminal de veículos subiu 41,7%, porém a menor participação de veículos importados no mix reduziu o tempo de permanência médio (*dwell time*), e, consequentemente, provocou queda de 11,9% em 2017 na receita média por veículo movimentado para R\$ 210.

#### Receita Líquida dos Serviços

(R\$ milhões)	2017	2016	Varição%
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	593,3	656,0	-9,6%
Operações de cais	335,1	405,1	-17,3%
Operações de armazenagem	258,2	250,9	2,9%
<b>LOGÍSTICA</b>	190,2	150,9	26,0%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	52,4	36,5	46,3%
Eliminações	-12,8	-14,1	-9,2%
<b>Consolidado</b>	824,1	829,3	-0,6%

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 824,1 milhões, com redução de 0,6% em relação a observada em 2016 de R\$ 829,3 milhões.

#### Custo dos Serviços Prestados

(R\$ milhões)	2017	2016	Varição%
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com Movimentação	108,4	123,5	-12,2%
Custos com Pessoal	193,6	196,6	-2,5%
Depreciação e Amortização	97,5	94,9	2,7%
Outros Custos	74,6	88,7	-15,9%
<b>Total</b>	474,1	503,7	-6,2%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Custos com Movimentação	51,6	32,3	59,8%
Custos com Pessoal	48,2	53,7	-10,2%
Depreciação e Amortização	13,8	14,6	-5,5%
Outros Custos	30,8	39,7	-22,4%
<b>Total</b>	144,4	140,3	2,9%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Custos com Movimentação	20,7	12,0	72,5%
Depreciação e Amortização	14,7	14,1	4,3%
Outros Custos	5,1	5,6	-8,9%
<b>Total</b>	40,5	31,7	27,8%
<b>Eliminações Consolidado</b>	-12,7	-14,1	-9,9%
<b>Consolidado</b>	646,3	665,8	-2,6%

Os custos da Companhia apresentaram queda de 3,1% em relação a 2016, para R\$ 646,3 milhões. Destaca-se que a taxa de arrendamento paga ao poder concedente, anteriormente representada pela rubrica "Arrendamento e Infraestrutura" no Custo de Serviços Prestados, passou a ser tratada como despesa financeira dentro da nova metodologia contábil.

#### TERMINAIS PORTUÁRIOS

Incorreram na base de custos do segmento de Terminais Portuários R\$ 11,6 milhões de custos extraordinários referentes a indenizações e gastos com rescisos decorrentes, em sua maioria, do processo de reestruturação mencionado, mais concentrado no primeiro semestre do ano. Houve, também, impacto nos custos de pessoal derivado do acordo coletivo de 2017 e do aumento de comissões pagas a agentes de carga, como consequência do aumento do volume de armazenagem afandegada operado para tais clientes. Entretanto, o custo médio (excluindo depreciação e amortização) por contêiner movimentado/armazenado nos terminais portuários de R\$ 345 foi 4,6% inferior a 2016, onde já houve influência dos primeiros resultados da reestruturação de custos e despesas, ainda em curso. Os custos variáveis com movimentação tiveram queda de 12,2% devido ao menor volume movimentado no Tecon Santos, com impacto da saída do serviço de longo curso ESA. Houve menos gastos com mão de obra avulsa e taxa portuária de movimentação por contêiner como consequência, além de menores custos de combustível e energia elétrica.

#### LOGÍSTICA

Na Logística, os custos extraordinários derivados do processo de reestruturação somaram R\$ 604 mil em 2017. Houve redução de 10,2% no custo de pessoal, fruto da reorganização e readequação do segmento de logística. Nos custos variáveis, houve aumento em praticamente todos os seus componentes, explicado pelo crescimento de 24,1% no volume de contêineres operados. O destaque foi o aumento de custos com fretes, com a maior terceirização do transporte rodoviário de cargas, que teve como principal fator gerador o aumento do volume de contêineres com carga fracionada derivados dos novos contratos com agentes de carga e NVOCC.

#### TERMINAL DE VEÍCULOS

O custo total do TEV teve acréscimo de 27,5% em função do maior volume movimentado. As taxas portuárias pagas por veículo movimentado explicam o crescimento de 69,7% no custo de movimentação.

#### Despesas Operacionais

(R\$ milhões)	2017	2016	Varição%
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Vendas	39,7	38,5	3,1%
Gerais, Administrativas e outras	9,8	12,9	-24,0%
Depreciação e Amortização	0,3	0,3	-
<b>Total</b>	49,8	51,7	-3,7%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Vendas	44,1	28,0	57,5%
Gerais, Administrativas e outras	5,8	7,5	-22,7%
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	49,9	35,5	40,6%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Vendas	0,9	0,7	28,6%
Gerais, Administrativas e outras	0,4	-1,7	-123,5%
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	1,3	-1,0	-230,0%
<b>CORPORATIVO</b>			
Gerais e Administrativas e outras	38,4	40,0	-4,0%
Depreciação e Amortização	6,8	7,2	-5,6%
<b>Total</b>	45,2	47,2	-4,2%
<b>Consolidado</b>	146,2	133,4	9,6%

As despesas da Companhia em 2017 apresentaram aumento de 9,6% em relação a 2016, para R\$ 146,2 milhões.

#### TERMINAIS PORTUÁRIOS

As despesas com vendas tiveram impacto negativo das comissões pagas aos agentes de cargas e positivo com menos gastos com pessoal. Quanto às despesas gerais, administrativas e outras despesas, os destaques foram o impacto positivo de reversão de tributos recolhidos entre 1997 e 2016 referentes ao FUNDAF (Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização), no montante de R\$ 11,5 milhões, e o impacto negativo de despesas extraordinárias no total de R\$ 3,3 milhões com indenizações e rescisos trabalhistas decorrentes do processo de reestruturação. Houve também menores gastos com assessoria jurídica externa.

#### LOGÍSTICA

Na Logística, o grande indutor das maiores despesas com vendas foi o crescimento dos volumes de armazenagem e serviços logísticos prestados para agentes de carga e NVOCC, o ocasionou maior pagamento de comissões. As menores despesas com pessoal contribuíram com a queda das despesas administrativas.

#### TERMINAL DE VEÍCULOS

O TEV teve acréscimo nas despesas com vendas devido ao maior volume movimentado. Menores gastos com assessoria jurídica contribuíram para a queda nas despesas administrativas.

#### CORPORATIVO

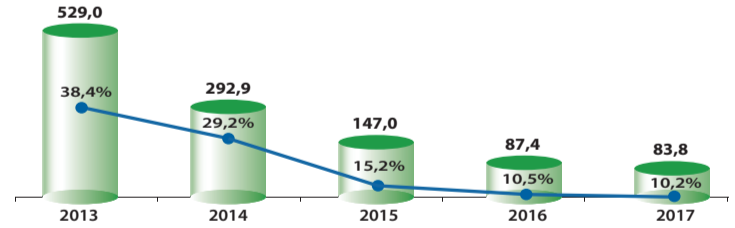
As despesas administrativas corporativas apresentaram redução principalmente em função de menores gastos com consultorias jurídicas.

#### EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)	2017	Ajuste arrendamento	2017	% Margem pró-forma	2016	Ajuste arrendamento	2016	% Margem pró-forma	%
<b>Terminais Portuários</b>	167,1	71,8	95,3	16,1%	193,7	67,4	126,3	19,3%	-24,5%
<b>Logística</b>	9,6	0,0	9,6	5,0%	-10,3	0,0	-10,3	-6,8%	-193,2%
<b>Terminal de Veículos</b>	26,3	9,0	17,3	32,4%	19,8	8,4	11,4	31,2%	51,8%
<b>Corporativo</b>	-38,4	0,0	-38,4	-	-	0,0	-40,0	-	-4,0%
<b>Consolidado</b>	164,6	80,7	83,8	10,2%	163,2	75,8	87,4	10,5%	-4,1%

\* A margem EBITDA pró-forma é calculada pela divisão do EBITDA pró-forma pela receita líquida; Com a nova metodologia contábil que a Companhia passou a adotar para o arrendamento dos terminais portuários, a Demonstração de Resultados sofreu alterações devido à mudança no tratamento do arrendamento de operacional (off-balance) para financeiro. Como consequência, o EBITDA dos terminais portuários deixa de refletir as despesas com arrendamento pagas à autoridade portuária, antes representadas pela rubrica "Custos de Arrendamento e Infraestrutura". A fim de manter a análise comparativa com períodos anteriores, além de refletir com mais precisão o resultado operacional "caixa" da Companhia, foi calculado o "EBITDA pró-forma", que ajusta o EBITDA reportado com a despesa de arrendamento. O EBITDA pró-forma equivale ao EBITDA que era calculado pelo método anterior. Como resultado do mencionado desempenho operacional das receitas, custos e despesas, a Companhia registrou em 2017 uma queda de 4,1% no EBITDA Consolidado pró-forma para R\$ 83,8 milhões, com margem de 10,2%. É importante ressaltar que os resultados da Companhia apresentaram eventos extraordinários que impactaram o EBITDA e a margem EBITDA pró-forma. Se ajustarmos o resultado do EBITDA de 2017 por tais eventos, o EBITDA pró-forma recorrente somou R\$ 84,6 milhões. Os itens extraordinários considerados em tal ajuste foram: (i) R\$ 20,8 milhões em custos e despesas com indenizações e rescisos decorrentes, em sua plenitude, do processo de reestruturação; (ii) R\$ 1,4 milhão em despesas com consultoria externa; (iii) receita de R\$ 2,5 milhões referente à operação de navios extras em Imbituba; (iv) R\$ 0,6 milhão referente à venda de ativo imobilizado; (v) R\$ 11,5 milhões em reversão de tributos de exercícios anteriores (FUNDAF); e (vi) R\$ 6,9 milhões em reversão de provisões diversas.

#### EBITDA pró-forma e Margem EBITDA pró-forma (R\$)



#### Lucro Líquido

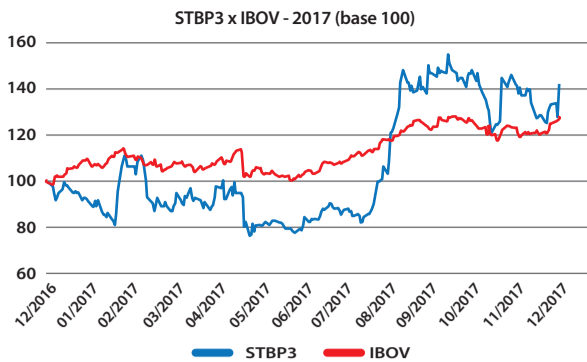
(R\$ milhões)	2017	2016	Varição%
<b>EBITDA realizado</b>	164,6	163,2	0,9%
Depreciação e Amortização	133,1	131,0	1,6%
<b>EBIT</b>	31,5	32,1	-2,1%
Resultado Financeiro	-62,6	-66,6	6,1%
IRPVCSL	25,8	6,6	290,9%
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	-5,3	-27,9	81,0%

A Santos Brasil é uma Companhia que integra uma indústria intensiva em capital. Possui elevada correlação ao comércio internacional, à produção e ao consumo internos, de tal forma que os efeitos da atividade econômica do país influenciam todos os segmentos de atuação. O lucro líquido da Companhia foi negativamente impactado principalmente pela: (i) queda do volume movimentado no Tecon Santos; e (ii) reestruturação de custos e despesas, que gerou gastos extraordinários, em sua magnitude, com indenizações trabalhistas. Os impactos positivos no resultado líquido foram: (i) reversão de tributos recolhidos em exercícios passados; (ii) desempenho operacional do Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$ 16,5 milhões de resultado positivo contábil de Vila do Conde no 4T17, gerados pelo reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo como origem a perspectiva de lucro fiscal futuro que consumirá o prejuízo gerado pelo terminal em anos anteriores. Tal reconhecimento é autorizado pela Instrução CVM 371/2002. Com a nova metodologia contábil adotada, onde os arrendamentos dos terminais passaram a ser contabilizados como financeiros (antes tratados como operacionais), houve a reclassificação do custo de arrendamento para a conta de resultado financeiro (despesa financeira), além da contabilização do custo de amortização do ativo intangível referente aos contratos de arrendamento. Desta forma, a Companhia apurou em 2017 prejuízo líquido de R\$ 5,3 milhões. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício incidirão as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e na seguinte ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social; (b) Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e (e) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua despesa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

#### Dívida e Disponibilidades

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Varição %
<b>Curto Prazo</b>	Nacional	165,5	145,5	13,7%
	Estrangeira	6,5	20,8	-68,8%
<b>Longo Prazo</b>	Nacional	60,3	59,7	1,0%
	Estrangeira	0,7	6,7	-89,6%
<b>Endividamento Total</b>		233,0	232,7	0,1%
<b>Disponibilidades</b>		270,7	192,6	40,6%
<b>Dívida Líquida</b>		-37,7	40,1	194,0%

A Santos Brasil encerrou 20



**Direito dos acionistas**

A Companhia concluiu, em 22 de agosto de 2016 a migração para o Novo Mercado segmento especial de governança corporativa da BM&FBovespa. As ações da Companhia passaram então a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (ONs). Os direitos das ações estão previstos no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que trata do total do capital social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 2.000.001,000 (dois bilhões e mil) ações, ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**AUDITORIA INDEPENDENTE**

As demonstrações financeiras da Santos Brasil e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente. Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi contratado serviço que totalizou R\$ 50 mil, correspondente a 8% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício. Em relação a esse serviço, a Companhia consultou os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização destes outros serviços não inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia e de suas controladas de forma independente.

**DESEMPENHO SOCIAL**

**Capital humano**

Ao fim de 2017, a Companhia era composta por 2.987 funcionários, sendo 2.293 na Baixada Santista, 168 em Imbituba, 229 no Planalto Paulista e 297 em Vila do Conde. O plano de remuneração da Companhia tem como principal diretriz a meritocracia e está atrelado às competências dos funcionários, às responsabilidades exercidas em cada função e ao resultado da avaliação anual de desempenho, sem distinção por gênero. Além de receberem rendimentos fixos e pacote de benefícios que contempla seguro de vida, plano de saúde extensivo aos dependentes, entre outros, de acordo com a unidade, os funcionários participam do Plano de Participação nos Resultados (PPR). Anualmente, a Companhia elabora o Plano Anual de Treinamento (PAT), que abrange programas de aprendizagem contínua para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais. Um deles é o Programa de Líderes, direcionado a coordenadores, supervisores e líderes, e ministrado internamente por nossas lideranças. A iniciativa inclui a realização de assessment, com emissão de relatório que visa contribuir para a identificação de gaps e a elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com o apoio dos gestores. Em 2017 o programa envolveu 57 funcionários.

	2017	2016	
Número de funcionários	2.987	3.216	
Turnover	4,51%	5,23%	
Turnover por localização geográfica	São Paulo	4,03%	4,81%
	Pará	6,47%	9,32%
	Santa Catarina	8,75%	4,15%
	Distrito Federal	0,00%	0,00%
Investimento em treinamento (R\$ milhões)	R\$ 0,07	R\$ 0,60	
<b>Fundos de Seguridade</b>			
	<b>Previdência Privada *</b>	<b>Previdência Privada *</b>	
<b>Outros planos sociais</b>			
	-	-	
Nível educacional	Sem Escolaridade	0	0
	Ensino Fundamental Incompleto	51	58
	Ensino Fundamental Completo	208	246
	Ensino Médio Incompleto	63	94
	Ensino Médio Completo	1.859	1.958
	Técnico Incompleto	7	9
	Técnico Completo	150	156
	Superior Incompleto	74	100
	Superior Completo	506	527
	Pós-graduação	68	67
Mestrado	1	1	
Doutorado	0	0	

\*Benefício abrange funcionários do Tecon Santos

Investimento	R\$ milhões	Objetivo	Origem dos Recursos
<b>Total consolidado</b>	<b>7,3</b>		
<b>Tecon Santos</b>	<b>2,4</b>		
Melhoria contínua e aumento de desempenho operacional	1,3	Melhoria de Produtividade	Próprios
Obras Civis	0,5	Melhoria de Produtividade	Próprios
Aquisição de hardware e software	0,6	Melhoria de Produtividade	Próprios
<b>Logística</b>	<b>1,2</b>		
Melhoria contínua e aumento de desempenho operacional	0,5	Melhoria de Produtividade	Próprios
Equipamentos	0,7	Adequação em estruturas	Próprios
Aquisição de hardware e software	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
<b>Tecon Imbituba - Terminal de Cntrs</b>	<b>0,0</b>		
Aquisição de hardware e software	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
<b>Tecon Vila do Conde</b>	<b>0,7</b>		
Melhoria contínua e aumento de desempenho operacional	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
Obras Civis	0,7	Melhoria de Produtividade	Próprios
Aquisição de hardware e software	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
<b>Terminal de Veículos Santos</b>	<b>0,2</b>		
Melhoria contínua e aumento de desempenho operacional	0,2	Melhoria de Produtividade	Próprios
Aquisição de hardware e software	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
Equipamentos	0,0	Melhoria de Produtividade	Próprios
<b>Corporativo</b>	<b>2,8</b>		
Imóvel Imbituba	2,8	Melhoria de Produtividade	Próprios

**MERCADO DE CAPITAIS**

**Governança corporativa**

A Santos Brasil tem o compromisso de buscar permanentemente o aprimoramento de suas práticas de governança corporativa e do relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e funcionários, dentre outros envolvidos nos negócios. Após 10 anos listada sob o segmento Nível 2, a Companhia concluiu, em agosto de 2016, a migração para o Novo Mercado, segmento mais elevado de governança corporativa da BM&FBovespa, com a extensão do acordo de acionistas que vigorava até então, prevalecendo agora o modelo one-share-one-vote. A Companhia adota critérios de transparência e segurança na divulgação de informações, seguindo as normas do CVM e estabelecendo regras para a divulgação e a manutenção de sigilo sobre informações relevantes. Mais alto órgão de administração e governança da Companhia, o Conselho de Administração é composto, atualmente, por 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, deliberar sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos acionistas e às partes relacionadas.

Além do Conselho de Administração, a estrutura de governança inclui a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, modelo que permite a execução da gestão e sua respectiva fiscalização.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Atualmente, a Diretoria Estatutária é composta pelo: (i) Diretor-Presidente; (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores; (iii) Diretor Comercial; e (iv) Diretor de Operações, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Companhia prevê a acumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia pela mesma pessoa. O Conselho Fiscal é composto, atualmente, por 3 (três) membros titulares e três suplentes. Possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia e é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; verificar a qualidade e a integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social.

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Novo Mercado, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Ética e integridade**

A Santos Brasil tem na ética e na transparência seus pilares de sustentação e, como forma de estabelecer as normas de conduta que orientam suas relações internas e externas, mantém Código de Conduta e Regulamento de Pessoal atualizados. Além disso, possui sistema de conformidade que inclui Política de Compliance, Comitê de Compliance (autônomo e composto por no mínimo dois e no máximo cinco membros recomendados pelos diretores estatutários da Companhia com mandato de dois anos) e Portal Confidencial para o encaminhamento de denúncias, reclamações e sugestões, administrado por empresa independente, de forma a assegurar o anonimato e integridade das informações. O canal registrou 202 chamados em 2017, distribuídos da seguinte forma: (i) denúncias: 58,91%; (ii) reclamações: 32,18%; e (iii) sugestões: 8,91%. Do total de denúncias, 37,82% se encontram em processo de averiguação e 62,18% tiveram processo de averiguação finalizado, dos quais somente um (0,84%) procedia. Neste caso, as medidas cabíveis foram aplicadas.

Desde 2012, a Companhia possui um Código de Conduta com poder de política corporativa que aborda o tema corrupção, além do comportamento ético de todos os funcionários, alinhando a cultura da Empresa nas questões comportamentais e éticas. O documento é subscreto por 100% dos funcionários na dia da integração, quando também recebem cópia do regulamento de pessoal e instruções operacionais específicas de cada área. No ano implantou sua Política de Direitos Humanos com diretrizes básicas de respeito, promoção e preservação dos direitos essenciais nos relacionamentos com clientes, colaboradores, fornecedores e terceiros, em toda a cadeia de valor e em sua esfera de influência.

Reforça ainda seu compromisso com seus stakeholders a Política de Sustentabilidade, que foi revisada em 2017, de forma a se adequar à atualização da Norma ISO 14.000. Para assegurar a aplicabilidade dessa política, a Companhia conta em sua estrutura com o Comitê de Sustentabilidade, composto por equipe multidisciplinar e liderado pelo Diretor-Presidente. O órgão é responsável por definir as metas socioambientais e monitorar todas as ações. Para isso, conta com indicadores específicos, que permitem avaliar o alcance dos objetivos e das metas e identificar avanços e oportunidades de melhoria.

**EVOLUÇÃO DAS AÇÕES**

No encerramento de 2017, o valor patrimonial por ação registrado foi R\$ 2,09, enquanto o valor de fechamento negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) no dia 28 de dezembro de 2017 foi R\$ 3,39 (R\$ 2,40 no ano anterior), representando um valor de mercado da Companhia de R\$ 2.258,8 milhões. No ano, o volume financeiro médio diário de negociação atingiu R\$ 2,2 milhões.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

Ativos	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
		Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	221.462	113.406	189.258	192.557
Contas a receber	8	54.353	53.236	69.799	85.999
Estoques	9	19.313	19.999	19.539	22.737
Ativo fiscal corrente	11	6.528	2.010	11.119	7.832
Dividendos a receber	6.a)	1.998	1.758	4.439	-
Instrumentos financeiros					
derivativos	29.b.1)	2	-	4.540	2
Outros ativos		4.547	7.389	6.559	5.860
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>308.203</b>	<b>197.798</b>	<b>305.253</b>	<b>403.414</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Depósitos judiciais	17	243.090	233.219	219.077	250.808
Ativo fiscal diferido	26.b)	21.955	1.830	-	43.873
Precatórios a receber	10	-	-	-	5.236
Instrumentos financeiros					
derivativos	29.b.1)	-	34	-	37
Outros ativos		16.563	20.031	18.468	17.097
Investimentos	12	355.873	393.701	418.954	-
Ativo imobilizado	13	83.659	93.254	95.491	197.235
Ativo intangível	14	1.540.681	1.614.848	1.524.648	1.847.027
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.261.731</b>	<b>2.356.917</b>	<b>2.276.638</b>	<b>2.413.522</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>2.569.934</b>	<b>2.554.715</b>	<b>2.581.891</b>	<b>2.767.936</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

\* A Companhia e suas controladas apresentaram um terceiro balanço patrimonial do início do período anterior porque a representação (nota explicativa nº 5) tem efeito material sobre as demonstrações financeiras.

\*\* A Companhia e suas controladas identificaram as informações comparativas reapresentadas com o título "Reapresentado". Entendemos que isso é necessário para destacar o fato de que as informações comparativas não são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do ano anterior.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2016, como Previamente Divulgados</b>				
Impactos da representação	1.071.077	51.769	18.897	54.446
<b>Saldo Reapresentados em 1º de Dezembro de 2016</b>				
Passivo atualizado - despesas médicas - Companhia e controladas	28	51.769	18.897	54.446
Plano de opção de compra de ações	25	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	4.267	-	-
Destinação do resultado:				
Absorção do prejuízo	20.c)	-	-	(27.917)
<b>Saldo Reapresentados em 31 de Dezembro de 2016</b>				
Passivo atualizado - despesas médicas - Companhia e controladas	28	1.071.077	56.036	18.897
Plano de opção de compra de ações/Plano de incentivo atrelado a ações	25	-	-	-
Opção exercida	20.a) e c)	680	3.677	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Destinação do resultado:				
Resultado na alienação de ações em tesouraria	20.c)	-	-	(595)
Absorção do prejuízo	20.c)	-	-	(5.321)
<b>Saldo Reapresentados em 31 de Dezembro de 2017</b>				
	1.071.757	59.713	18.302	54.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**
<b>Receitas (Despesas)</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	573.248	659.656	937.628	934.863
Outras receitas	14.288	13.405	17.409	20.041
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perdas de créditos incobráveis	(8.536)	(9.554)	(7.960)	(11.849)
<b>Insusos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(65.241)	(82.818)	(128.839)	(117.435)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(94.193)	(109.202)	(180.319)	(183.230)
Outros	(680)	(869)	(930)	(1.879)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>				
Depreciações, Amortizações e Exaustão	(160.114)	(192.889)	(310.088)	(302.544)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	418.886	470.618	636.989	640.511
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(96.592)	(93.577)	(132.982)	(130.963)
Equivalência patrimonial	41.806	(10.282)	-	-
Receitas financeiras	13.469	25.815	23.194	36.065
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>				
	377.569	392.574	527.201	545.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016**

**1. Contexto Operacional**

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba. Em 22 de agosto de 2016, as units negociadas pelo ticker STBP11 sob a observância das Práticas de Governança Corporativa Nível 2, foram canceladas e convertidas nas ações preferenciais em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 - Brasil Bolsa Balcão, sob o ticker STBP3. **a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos:** A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97. Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997 referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a intervenção da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorrogou, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047. **b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba ("Tecon Imbituba"):** A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97. Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997 referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a intervenção da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorrogou, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047. **c) Contexto operacional da filial operacional Tecon Vila do Conde ("Tecon Vila do Conde"):** A filial operacional Tecon Vila do Conde, desde maio de 2014, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público

termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto. Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de píeres e armazém e com atração preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba. **d) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística"):** A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIs. **e) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS"):** Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data. Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto. **f) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon"):** A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2, do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público

**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**	Reapre-sentado**
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Pessoal:	377.569	392.574	527.201	545.613
Remuneração direta	162.722	162.813	214.152	221.631
Benefícios	40.508	39.116	62.093	61.625
FGTS	14.523	10.847	19.166	17.507
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>				
Federais	26.518	48.915	57.164	75.788
Estaduais	149	59	6.694	5.808



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**6. Transações com Partes Relacionadas**

**a) Dividendos a receber - controladora:**

	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Terminal de Veículos de Santos S.A.	1.998	1.758
Total	1.998	1.758

**b) Outros saldos relevantes:**

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Controladora	Controladora	Consolidado (*)	Consolidado (*)
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	354	202	2.695	2.646
Contas correntes (II)	765	879	765	879
Total	1.119	1.081	3.460	3.525
Passivo circulante:				
Fornecedores	2.341	2.444	2.695	2.646
Contas correntes (II)	765	879	765	879
Total	2.341	2.444	3.460	3.525

(\*) Valores eliminados na consolidação. (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 6.(c); (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

**c) Prestação de serviço portuário:** A filial operacional Teccon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2017, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$479 (R\$604 em 31 de dezembro de 2016), referente a 2.580 contêineres movimentados (3.605 contêineres em 31 de dezembro de 2016); e (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$285 (R\$802 em 31 de dezembro de 2016), referente a 1.552 contêineres (4.973 contêineres em 31 de dezembro de 2016). Desse serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$354. A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Teccon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$13.299 (R\$14.048 em 31 de dezembro de 2016), referente a 17.255 contêineres (18.360 contêineres em 31 de dezembro de 2016); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$5 (R\$8 em 31 de dezembro de 2016), referente a 192 contêineres (306 contêineres em 31 de dezembro de 2016). Desse serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$2.341.

**d) Remuneração do pessoal-chave:**

	31.12.2017	31.12.2016		
	Controladora	Controladora		
	Administração	Diretoria	Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.573	12.109	2.185	12.523
Outros benefícios	-	571	-	469
Plano de opção de compra de ações/ Plano de incentivo atrelado a ações	-	3.827	-	4.166
Total	1.573	16.507	2.185	17.158

	31.12.2017	31.12.2016		
	Controladora	Controladora		
	Administração	Diretoria	Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.595	12.584	2.207	12.909
Outros benefícios	-	571	-	469
Plano de opção de compra de ações/ Plano de incentivo atrelado a ações	-	3.449	-	4.186
Total	1.595	16.604	2.207	17.564

Em 19 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia até o limite de R\$23.350, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. No exercício de 2017 foi instituído dois planos de incentivo atrelados a ações denominados *Performance Share* e *Matching de Ações*, conforme nota explicativa nº 25.b). Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores. Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato. Os diretores acionistas possuem 0,18% das ações com direito a voto da Companhia. **e) Benefícios a colaboradores - Consolidado:** A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasprep, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Em 31 de dezembro de 2017, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$49.401 (R\$49.614 em 31 de dezembro de 2016), correspondentes a 5,99% e 5,98% da receita líquida consolidada, respectivamente. A filial operacional Teccon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2017, apenas a filial operacional Teccon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos tinham provisionado o montante de R\$4.705 (R\$4.510 em 31 de dezembro de 2016). **f) Avas e fianças:** A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue: **a)** Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$725; **b)** Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

**7. Caixa e Equivalentes de Caixa e Natureza das Aplicações Financeiras**

**a) Caixa e equivalentes de caixa:**

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Caixa e saldo em bancos	27.463	22.597	29.093	27.840
Aplicações financeiras	193.999	90.809	241.638	164.717
Total	221.462	113.406	270.731	192.557

**b) Natureza das aplicações financeiras:**

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
			Controladora	Controladora
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	99,51	Indeterminado	173.251	90.809
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21/03/2018	20.748	90.809
Total	-	-	193.999	181.618

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
			Consolidado	Consolidado
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	100,08	Indeterminado	220.890	164.717
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21/03/2018	20.748	90.809
Total	-	-	241.638	164.717

(\*) Fundo não exclusivo. As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2017 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2016:**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado) Reapresentado*	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A. Reapresentado*	Total Reapresentado*
Saldo em 31 de dezembro de 2016		58	8	11.704	144.298	166.465
Aporte (redução) de capital		160	30	100	(72.300)	207
Equivalência patrimonial		(194)	(31)	36.950	(3.331)	32.414
Dividendo complementar conforme AGO de 28 de abril de 2017		-	-	-	(5.275)	(5.275)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.998)	(1.998)
Programa de opção de ações		-	(12)	2	110	98
Passivo atuarial		-	(89)	(245)	(7)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		24	7	48.653	140.724	166.465

**c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2015:**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado) Reapresentado*	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A. Reapresentado*	Total Reapresentado*
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(2)	5	12.220	242.945	257.948
Aporte de capital		180	30	120	-	330
Equivalência patrimonial		(120)	(27)	(679)	(16.145)	(18.171)
Dividendo complementar conforme AGO de 15 de abril de 2016		-	-	-	(3.066)	(3.066)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-
Programa de opção de ações		-	-	-	26	26
Passivo atuarial		-	-	17	(294)	(277)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		58	8	11.704	144.298	166.465

**d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2017:**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado) Reapresentado*	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A. Reapresentado*	Total Reapresentado*
Capital social	4,1	2.056	(1.820)	236	282	2.755
Quantidade de ações possuídas:						
Ordinárias	8,3	56.698	(45.487)	11.211	14.072	28.494
Preferenciais	20	39.048	(33.668)	5.380	7.820	19.580
Terrenos	-	39.943	-	39.943	39.086	79.929
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.947	(17.557)	9.390	11.747	30.587
Instalações, móveis e utensílios	10	9.431	(7.296)	2.135	2.655	4.895
Veículos	20	2.518	(2.335)	183	343	729
Móveis	1,7	1.955	(1.928)	1.927	-	1.954
Outros itens	10	251	(223)	28	38	136
Total	191.983	(108.414)	83.569	93.254	93.254	170.146

\* Conforme nota explicativa nº 5.

**13. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31.12.2017	Valor líquido 31.12.2016
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4,1 - 15,6	9.650	(5.980)	3.700	2.034
Equipamentos de movimentação de carga	8,3	56.698	(45.487)	11.211	14.072
Imobilizações em andamento (**)	-	13.136	-	13.136	17.211
Equipamentos de informática	20	39.048	(33.668)	5.380	7.820
Terrenos	-	39.943	-	39.943	39.086
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.947	(17.557)	9.390	11.747
Instalações, móveis e utensílios	10	9.431	(7.296)	2.135	2.655
Veículos	20	2.518	(2.335)	183	343
Móveis	1,7 - 2,2	1.955	(1.928)	1.927	-
Outros itens	10	251	(223)	28	38
Total	-	191.983	(108.414)	83.569	93.254

\* Conforme nota explicativa nº 5.

**13. Imobilizado - Consolidado - Reapresentado\***

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31.12.2017	Valor líquido 31.12.2016
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4,1 - 15,6	9.650	(5.980)	3.700	2.034
Equipamentos de movimentação de carga	8,3 - 12,4	140.457	(95.919)	44.538	55.592
Imobilizações em andamento (**)	-	15.735	-	15.735	26.536
Equipamentos de informática	20	47.871	(41.676)	6.195	9.215
Terrenos	-	66.369	-	66.369	65.511
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	43.881	(29.085)	14.796	18.774
Instalações, móveis e utensílios	10	57.351	(32.702)	24.649	27.069
Veículos	20	2.734	(2.547)	187	328
Móveis	1,7 - 2,2	1.955	(1.928)	1.927	19.459
Outros itens	10	636	(593)	43	73
Total	-	411.849	(214.614)	197.235	224.766

\* Conforme nota explicativa nº 5.

**14. Intangível**

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31.12.2017	Valor líquido 31.12.2016
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Teccon Santos	5,1	1.453.708	(681.239)	772.469	821.188
Teccon Imbituba	4,6	962.055	(295.948)	666.107	684.455
Terminal de Carga Geral	4,6	19.168	(6.445)	12.723	12.988
Agio nas aquisições: (b)					
Ações de Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(246.894)	74.370	76.856
Pará Empreendimentos	9,5	37.760	(35.051)	2.709	6.052
Terminal de Carga Geral	4,4	18.983	(7.118)	11.865	12.694
Softwares:					
Sistemas de processamento de dados	20	22.113	(21.750)	363	615
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	75	-	75	-
Total	-	2.835.126	(1.294.445)	1.540.681	1.614.848

Vida útil indefinida: (c) Agio nas aquisições: Santos Brasil Logística (\*). **(\*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.** A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldos líquidos iniciais	93.254	95.490	224.766	243.349
Adições/transfêrencias:				
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5.570	2.845	11.028	3.789
Equipamentos de movimentação de carga	-	1.514	199	10.081
Imobilizações em andamento **	(4.074)	4.359	(10.047)	(2.919)
Equipamentos de informática	677	1.727	768	2.069
Terrenos	857	-	857	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	653	599	84	624
Instalações, móveis e utensílios	63	292	2.283	715
Veículos	-	76	-	76
Móveis	1.955	-	1.955	-
Outros itens	-	4	4	-
Total das adições/transfêrencias	5.048	11.412	7.131	14.435
Reclassificações	(488)	(497)	(1.046)	(1.779)
Amortização	(5.569)	(2.848)	(8.685)	(3.780)
Saldos líquidos finais	83.569	93.254	197.235	224.766

\* O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está liquidado das transfêrencias efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. Em 31 de dezembro de 2017, não houve custos com empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados. Em 31 de dezembro de 2016 tínhamos o montante de R\$72, com taxa média de juros de 3,8%, referente aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações. A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Imobilização - FINIM). O valor de custo desses ativos foi de R\$36.827. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo quindaste sobre rodas (Rubber Tyred Gantry - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2017, tinha o valor contábil de R\$832. Os ativos operacionais são submetidos a teste de redução ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 14.d).

**8. Contas a Receber de Clientes**

	31.12.2017	31.12.2016
	Controladora	Controladora
Circulante		
No País	66.232	66.167
Partes relacionadas (nota explicativa nº 6.b))	354	202
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.233)	(13.133)
Total	54.353	53.236
Consolidado		
No País	110.195	101.794
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.943)	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**- Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	3.580	4.138
Processo FAP (b)	6.580	6.156
Processo CADE - multa (c)	2.196	2.102
Processo CADE - faturamento TRA (c)	176.842	166.203
Outros processos (d)	1.053	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	45.474	46.555
Subtotal	235.725	226.272
Relativo a fornecedor:		
SCPAr (f)	15.083	15.083
Total	15.083	15.083
Subtotal	250.808	241.310

(a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$19.935, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.953 e 12 seguros garantindo o montante de R\$17.596; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.352, para os quais existem depósitos judiciais de R\$342; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$1.421, para os quais existem depósitos judiciais de R\$285 e 3 seguros garantindo o montante de R\$3.018. (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajudizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.240, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.254 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$61 - Convicon; e (iii) R\$525 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajudizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajudizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística, ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A. e ao FAP de 2014 do Convicon, visando a suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais. (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de gás arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos. A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retortatórios Arrendados e TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$124.445 e R\$2.196, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$52.397. Os impositos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$42.634 (R\$37.076 em 31 de dezembro de 2016), estão classificados no passivo não circulante. A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta para entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIRPEX nº 31.21.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide. A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia. Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a emitir pareceres jurídicos como de "provisória providável" até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria. Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau profereu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o "periculum in mora", justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia. Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litiscosortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial em provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs. Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o recurso necessário (recurso do primeiro juiz) e as apelações interpostas pelo TRF, decidindo, por unanimidade, (i) dar provimento à remessa do ofício de provimento parcial ao recurso da Companhia para a fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluir a lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP. Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento de admissibilidade dos recursos interpostos. Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão de ter perdido superveniente do interesse de agir, de acordo com o artigo 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão ainda não foi publicado. Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdidas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada. (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.252, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados a carga armazenada, integralmente depositada, no montante de R\$1.026; (ii) autos de infração da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no montante de R\$364; e (iii) outros processos, no montante de R\$862. (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.444 e R\$9.133, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; e (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.733; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, no valor de R\$6.148; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Desempenho Voluntário - PDV e Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.580. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.430 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.328; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$621, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$219, e a bloqueios judiciais de R\$132; e (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$21. (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$520 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos". As movimentações das provisões para contingências, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	2017		2016	
	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	22.210	22.210	19.935	19.935
Provisão FAP	8.566	8.566	6.156	6.156
Outros processos	4.664	4.664	2.157	2.157
Total	35.440	35.440	28.248	28.248
Provisão trabalhista	25.011	25.011	7.598	7.598
Provisão FAP	7.173	7.173	6.156	6.156
Outros processos	8.201	8.201	2.426	2.426
Total	39.685	39.685	16.180	16.180

	2017		2016	
	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	25.754	25.754	22.708	22.708
Provisão FAP	10.695	10.695	12.802	12.802
Outros processos	4.922	4.922	2.252	2.252
Total	41.371	41.371	37.762	37.762
Provisão trabalhista	33.711	33.711	25.754	25.754
Provisão FAP	8.929	8.929	7.666	7.666
Outros processos	3.718	3.718	93	93
Total	46.358	46.358	33.513	33.513

(\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de êxito positiva ou negativamente. Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível, no montante de R\$469.779, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações trimestrais. A movimentação dos processos possíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	2016		2017	
	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2017
Adjuaneira	15.589	15.589	13	15.576
Civil	22.626	22.626	1.071	23.672
Trabalhista	22.061	22.061	14.208	92.211
Tributária	368.602	368.602	2.778	370.612
Outras	6.171	6.171	298	6.700
Total	465.949	465.949	18.368	469.779

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio e a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação). A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRI em São Paulo-SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos. A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar, ao qual, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao recurso de ofício da Fazenda Nacional. Em 05 de dezembro de 2016, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração, sem efeitos modificativos, a fim de que restasse retificado lapso da decisão (em matéria referente à indicação das partes recorrentes, o que foi acolhido em julgamento realizado no dia 11 de abril de 2017. No dia 12 de junho de 2017, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo apresentada pela Companhia suas contrarrazões. Atualmente o Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional foi sorteado para a Conselheira Daniele Souto Rodrigues Amadio e aguarda a inclusão em pauta para julgamento. O tempo de conclusão dessas contingências é incerto e depende do andamento dos processos nas instâncias judiciais.

**18. Obrigações com Poder Concedente**

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), conforme descrita na nota explicativa nº 1, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento, visto que os valores das parcelas sofrem reajustes com base no IGP-M/INPC. O ajuste a valor presente foi calculado tendo como base a taxa de 10% a.a., a qual constava na resolução nº 7 de 6 de julho de 1997 emitida pelo Conselho Nacional de Desestatização - CND, que aprovou o preço mínimo do contrato de concessão, tendo como contra partida o ativo intangível, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados 31.12.2017	Variação monetária/ Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.12.2017
Parcelas fixas				
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)
Tecon Imbituba	35.691	1.632	2.502	(3.334)
Convicon	484.296	34.104	(14.234)	(41.054)
Parcelas variáveis				
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)
Terminal de Carga Geral	5.832	235	421	(478)
Convicon	690	38	6.731	(421)
Terminal de Veículos	54.434	2.450	5.513	(4.909)
Total	401.499	16.063	34.475	(17.131)

Obrigações com poder concedente

	31.12.2016	31.12.2017
(-) Curto prazo	830.671	47.679
(-) Longo prazo	41.436	7.997
Total	872.107	55.676

(\*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível no ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados 31.12.2017	Variação monetária/ Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.12.2017
Parcelas fixas				
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)
Tecon Imbituba	35.691	1.632	2.502	(3.334)
Convicon	484.296	34.104	(14.234)	(41.054)
Parcelas variáveis				
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)
Terminal de Carga Geral	5.832	235	421	(478)
Convicon	690	38	6.731	(421)
Terminal de Veículos	54.434	2.450	5.513	(4.909)
Total	401.499	16.063	34.475	(17.131)

Obrigações com poder concedente

	31.12.2016	31.12.2017
(-) Curto prazo	932.002	52.312
(-) Longo prazo	46.408	30.140
Longo prazo	885.594	82.452

(\*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível registrado no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2019		2020		2021		2022 - término do contrato		Total
	2019	2020	2021	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato		
Tecon Santos	5.261	5.482	5.726	405.090	421.559				
Tecon Imbituba	18.803	19.311	19.872	287.933	345.919				
Terminal de Carga Geral	301	310	320	4.272	5.203				
Total	24.365	25.103	25.918	697.295	772.681				

	2019		2020		2021		2022 - término do contrato		Total
	2019	2020	2021	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato	2022 - término do contrato		
Tecon Santos	5.261	5.482	5.726	405.090	421.559				
Tecon Imbituba	18.803	19.311	19.872	287.933	345.919				
Terminal de Carga Geral	301	310	320	4.272	5.203				
Convicon	401	442	488	11.259	12.590				
Terminal de Veículos	4.707	4.831	4.968	85.933	100.439				
Total	29.473	30.376	31.374	794.487	885.710				

Períodos de vigência dos contratos

	Início do contrato		Término do contrato	
	Início do contrato	Término do contrato	Início do contrato	Término do contrato
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abri/2003	Abri/2033	Abri/2003	Abri/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2033	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

	Vigência
Tecon Santos	Abri/2017 a Abri/2018
Tecon Imbituba	Julho/2017 a Julho/2018
Terminal de Veículos	Julho/2017 a Julho/2018

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2017 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M.

	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Tecon Santos (a)	36,53	-	-
Tecon Santos (b)	18,45	-	-
Tecon Imbituba (c)	90,29	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	2,87	-	-
Terminal de Carga Geral (e)	6,35	-	-
Terminal de Carga Geral (f)	3,38	-	-
Convicon (g)	18,78	-	-
Convicon (h)	3,76	-	-
Convicon (i)	1,88	-	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	18,02

(a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC. (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC. (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC. (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC. (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio. (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de utilização e desutilização de contêineres. (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC. (h) Valor devido por contêiner vazio. (i) Valor devido por tonelada. (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

**19. Arrendamento Operacional - Consolidado (Reapresentado)**

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no período findo em 31 de dezembro de 2017, geraram despesas no montante de R\$6.878 (R\$10.422 em 31 de dezembro de 2016).

**20. Patrimônio Líquido - Controladora**

**a) Capital social:**



